

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.671 - RJ (2019/0201360-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
THAIS DOS SANTOS LIMA - SP260458
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DEMYAN JOACY MALERBE GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DEMYAN JOACY MALERBE GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0066485-50.2018.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, e no art. 35 c/c art. 40, inciso IV, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o narcotráfico majorados)

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS.

PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DENUNCIADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO MAJORADOS, EM CONCURSO MATERIAL (ART. 33, CAPUT, E ART. 35, AMBOS C/C ART. 40, VI, TODOS DA LEI N.º 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL).

ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR, EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL, VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE E POR POSSUIR O PACIENTE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.

PRETENSÃO À REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU À APLICAÇÃO DE UMA DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL QUE SE NEGA. PRISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO

Superior Tribunal de Justiça

ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

PACIENTE E O MENOR INFRATOR QUE GUARDAVAM E MANTINHAM EM DEPÓSITO, DE FORMA COMPARTILHADA, PARA FINS DE TRÁFICO, SEM AUTORIZAÇÃO, 222 GRAMAS DE MACONHA, ACONDICIONADOS EM 148 INVÓLUCROS DE PLÁSTICO; 520 GRAMAS DE MACONHA, DISTRIBUÍDOS EM TABLETES; E 210 GRAMAS DE COCAÍNA, ACONDICIONADOS EM 420 INVÓLUCROS PLÁSTICOS.

GRAVIDADE EM CONCRETO DOS CRIMES IMPUTADOS, SENDO O TRÁFICO DE DROGAS, INCLUSIVE, EQUIPARADO A HEDIONDO. NECESSIDADE DE SE ACAUTELAR O MEIO SOCIAL, A FIM DE EVITAR A REITERAÇÃO CRIMINOSA.

EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO.

AÇÃO PENAL QUE POSSUI TRÂMITE REGULAR E EM PERÍODO RAZOÁVEL. NÃO HÁ SE FALAR EM DESÍDIA OU INÉRCIA DA AUTORIDADE IMPETRADA NA CONDUÇÃO DO PROCESSO.

O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO NÃO AUTORIZA A LIBERTAÇÃO DO PACIENTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. O ART. 648, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, É RELATIVO À PRISÃO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO. O EXCESSO DE PRAZO SÓ PODE SER SANADO COM A DETERMINAÇÃO PARA QUE A AUTORIDADE COATORA CONCLUA A INSTRUÇÃO, SENTENCIANDO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS.

VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E EVENTUAL PENA A SER IMPOSTA QUE SE TRATA DE EXAME DE MÉRITO, A SER REALIZADO QUANDO DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA, INCOMPATÍVEL, POIS, COM A VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS.

MEDIDAS CAUTELARES INADEQUADAS, ANTE A GRAVIDADE DAS CONDUTAS IMPUTADAS AO PACIENTE E CUJAS PENAS MÁXIMAS PREVISTAS SÃO SUPERIORES A 04 ANOS.

EVENTUAIS PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES, RESIDÊNCIA FIXA E OCUPAÇÃO HABITUAL, POR SI SÓS, NÃO JUSTIFICAM A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, QUANDO EXISTEM OUTROS DADOS QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA.

AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

DENEGAÇÃO DA ORDEM. (fls. 10/12).

No presente *writ*, o impetrante alega que o paciente estaria acautelado desde o dia 26/7/2018, sem que tivesse sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo na formação da culpa.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, em liminar e no mérito, seja relaxada a prisão preventiva, aplicando-se, caso se entenda necessário, medidas cautelares alternativas.

Requer, ainda, a intimação da defesa quanto à data do julgamento da impetração, para realização de sustentação oral.

Indeferida a liminar (fls. 145) e informações prestadas (fls. 147/152), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 158/163).

É o relatório.

Decido.

Por se tratar de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Ademais, não verifico a existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

Isso porque, dos informes obtidos na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 0175180-95.2018.8.19.0001 teve trâmite regular, não havendo falar em inércia do Poder Judiciário. Constatou-se ainda, que se encontra encerrada a instrução criminal, estando os autos na fase de apresentação de alegações finais, a atrair ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PROCESSO NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Encontrando-se o processo na fase de alegações finais fica prejudicado o pedido de liberdade provisória fundamentado na alegação de excesso de prazo da prisão preventiva. Incidência do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no HC 318.701/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 26/10/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 17 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

